



200



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA**

**HABEAS CORPUS N º 0202309-0**

IMPETRANTE: Eduardo Cunha Alves de Sena – Defensor Público

PACIENTE: Leonardo Gomes da Silva

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA CONVOCADA: Dra. Christiane Gomes de Farias Santos

EMENTA: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS* LIBERATÓRIO. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL POR EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. PACIENTE PRONUNCIADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 21 DO STJ. PLEITO DE LIBERDADE PROVISÓRIA. ALEGAÇÃO DE GOZO PELO PACIENTE DE CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. INDEFERIMENTO. PRESENÇA DOS REQUISITOS ENSEJADORES DA PRISÃO PREVENTIVA. NECESSIDADE DE GARANTIR A ORDEM PÚBLICA. PERICULOSIDADE DO PACIENTE EVIDENCIADA NO COMPORTAMENTO CONSIDERADO VIOLENTO. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

1. Sendo o paciente pronunciado, resta superada a alegação de excesso de prazo para a formação da culpa. Inteligência da súmula 21 do STJ;
2. Ante a presença das hipóteses autorizadoras da segregação preventiva, não há como se conceder o benefício da liberdade provisória ao paciente, embora o impetrante assevere que este goza de aspectos pessoais abonadores, o que *in casu*, não restou totalmente demonstrado, em razão da notícia de que o paciente responde a processo-crime por comportamento violento em outra comarca;
3. Ordem Denegada. Decisão Unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do *habeas corpus* nº 202309-0, em que figuram como impetrante o Defensor Público, Eduardo Cunha Alves de Sena, e como paciente Leonardo Gomes da Silva, acordam os

JAMC



201



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA**

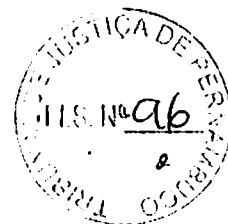
Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada no dia \_\_\_\_ de janeiro de 2010, por decisão unânime, em denegar a ordem, tudo conforme consta no relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife, 27 de janeiro de 2010.

**Des. Antonio de Melo e Lima**  
**Relator**



202



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA**

**HABEAS CORPUS N º 0202309-0**

IMPETRANTE: Eduardo Cunha Alves de Sena – Defensor Público

PACIENTE: Leonardo Gomes da Silva

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA CONVOCADA: Dra. Christiane Roberta Gomes de Farias Santos

**RELATÓRIO**

O Defensor Público Eduardo Cunha Alves de Sena impetrou a presente ordem de *habeas corpus*, com requerimento de concessão de medida liminar, em favor de Leonardo Gomes da Silva, qualificado nos autos, apontando como autoridade coatora a Excelentíssima Senhora Juíza de Direito da 1ª Vara da Comarca de Goiana/PE, juízo perante o qual o paciente responde ao processo criminal nº 218.2009.001367-4.

O impetrante informa que o paciente foi preso em flagrante delito, no dia 13/07/2009, sob a acusação ter praticado o delito de homicídio duplamente qualificado, por motivo torpe e recurso que impossibilitou a defesa da vítima.

Alega o impetrante que o paciente sofre constrangimento ilegal ocasionado por excesso de prazo para a formação da culpa, posto que, embora preso desde a data da autuação em flagrante delito, não foi realizada audiência de instrução e julgamento.

O impetrante argumenta, também, que o paciente faz jus ao benefício da liberdade provisória, tendo em vista as condições subjetivas favoráveis e a ausência dos elementos justificadores da prisão preventiva.

Por isso, pugna, ao final, pela concessão da liberdade provisória e/ou pelo relaxamento da custódia cautelar do paciente, ante o aduzido excesso prazal.

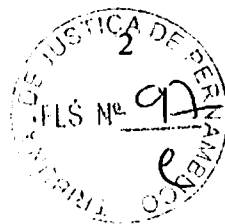
A inicial veio instruída com os documentos de fls. 07/66.

Pleito liminar indeferido às fls. 72/73.

JAMC



203



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

A autoridade impetrada prestou informações à fl. 79/79v, acostando os documentos de fls. 80/81.

O Ministério Público Estadual, em parecer da lavra da Procuradora de Justiça Convocada, Dra. Christiane Roberta Gomes de Farias Santos, opinou pela prejudicialidade do pedido, quanto ao excesso de prazo e pela denegação da ordem, quanto ao pleito de liberdade provisória (fls. 85/87).

É o relatório.

**VOTO DO RELATOR**

Como visto, a presente ordem de Habeas Corpus foi impetrada com o fim de sanar suposto constrangimento ilegal suportado pelo paciente, o qual se encontra preso devido à autuação em flagrante delito, sob a acusação de ter incidido na conduta esboçada no artigo 121, § 2º, incisos I e IV, do Código Penal Brasileiro.

Consta da denúncia, acostada às fls. 07/08, que, no dia 13/07/2009, por volta das 5h da manhã, na Rua do Coqueiro Morto, Centro, Goiana/PE, o paciente, juntamente com o corréu Ederaldo José da Silva, após a ingestão de bebidas alcoólicas, assassinou a pancadas, mais precisamente a pesadas e murros, o morador de rua João Francisco dos Santos, conhecido por "João da Pasta", sem que este tivesse qualquer condição de defesa. O motivo do crime não restou esclarecido.

De início, cumpre destacar que o processo transcorreu normalmente, pois, como referido acima, a prisão em flagrante delito se deu em 13/07/2009, e a instrução criminal culminou com a decisão de pronúncia, no dia 17/12/2009, após o transcurso de apenas 05 (cinco) meses da referida captura do paciente, ou seja, não houve retardo injustificado.

Ademais, a prolação da decisão de pronúncia, como se sabe, deixa obsoleta a tese de excesso prazal, ventilada na inicial, pois remete à aplicação da súmula 21 do STJ, a qual preceitua que:

*"Pronunciado o réu, fica superada a alegação do constrangimento ilegal da prisão por excesso de prazo na instrução".*

JAMC



204



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

O impetrante, também, pleiteia a concessão do benefício da liberdade provisória ao paciente, afirmando que inexistem os pressupostos essenciais ao decreto de prisão preventiva, bem como que o paciente não registra antecedentes criminais, possui residência fixa e ocupação lícita.

Compulsando os autos, observo que o impetrante já pleiteou a concessão do referido benefício perante o juízo *a quo*, e não obteve sucesso, posto que o citado pedido foi indeferido. Assim, para melhor análise da assertiva acima, cumpre transcrever excerto da decisão proferida pela apontada autoridade coatora, no que concerne aos motivos do indeferimento do pleito de liberdade provisória (fl. 66):

*"(...) Consta nos autos notícia de conduta violenta do acusado. O próprio, ao ser ouvido perante a autoridade policial, afirmou já ter sido preso e processado na Comarca de Condado/PE, por comportamento agressivo decorrente de embriaguez.*

*Demonstrado está que, estando livre, com seu comportamento poderá comprometer a ordem pública e a instrução criminal.*

*Presentes, assim, requisitos e pressupostos da prisão preventiva(...)."*

Nesse norte, inferem-se presentes provas da materialidade do crime, através de cópia da certidão de óbito da vítima, acostada à fl. 41, e indícios suficientes de autoria, pela confissão do paciente e demais provas testemunhais, conforme fl. 89, bem como a presença dos requisitos previstos do art. 312 do Código de Processo Penal, demonstrados na decisão da Exma. Juíza de Primeiro Grau acima transcrita.

Ademais, ressalte-se que o *modus operandi* do delito (matar um morador de rua a chutes e murros, sem motivo aparente e sem permitir qualquer tipo de defesa por parte da vítima) evidencia um comportamento extremamente violento do paciente, o qual conforme referido acima já se repetiu anteriormente, na comarca de Condado/PE. Tal evidência comportamental compromete a ordem pública, de forma que o Estado Juiz não pode permitir que em liberdade o paciente continue a delinquir.

Desse modo, ante a presença das hipóteses autorizadoras da segregação preventiva, não há como se conceder o benefício da liberdade provisória ao

JAMC



205



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA**

paciente, embora o impetrante assevere que este goza de aspectos pessoais abonadores, o que *in casu*, não restou totalmente demonstrado, em razão da notícia de que o paciente responde a processo-crime por comportamento violento em outra comarca.

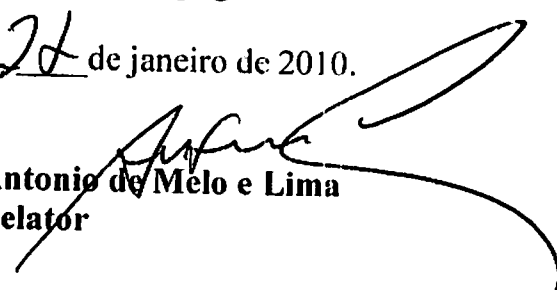
A Exma. Procuradora de Justiça Convocada, Dra. Christiane Roberta Gomes de Farias Santos, em consonância com este entendimento, expôs em seu parecer que “(...) bem salientou a MM. Juíza à fl. 66 dos autos, onde afirma que o acusado Leonardo Gomes da Silva responde pela prática de homicídio qualificado, considerado como hediondo, bem como há notícia nos autos de conduta violenta por parte do paciente, em outra comarca (Condado), cujo comportamento, com certeza pode comprometer a ordem pública e a instrução criminal (...) inclusive, no dia que praticou o homicídio duplamente qualificado, em companhia de outro indivíduo, também agrediu outro rapaz” (fl. 87).

Em face de tudo o que foi narrado acima, em consonância com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, voto pela denegação da ordem.

É como voto.

Após a sessão de julgamento, remetam-se os autos à Diretoria Criminal para renumeração de páginas.

Recife 24 de janeiro de 2010.

  
Des. Antonio de Melo e Lima  
Relator